



## **Congresso Virtual Internacional**

Economia Verde e Inclusão Socioprodutiva: o papel da agricultura familiar

### **Reflexões para Rio + 20**

09 a 30 de abril de 2012

**DOCUMENTO FINAL**

Presidenta da República **DILMA ROUSSEFF**  
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário **GILBERTO JOSÉ SPIER VARGAS**  
Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário **MÁRCIA DA SILVA QUADRADO**

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária **CELSO LACERDA**

Secretário de Agricultura Familiar **LAUDEMIR ANDRÉ MULLER**  
Secretário de Desenvolvimento Territorial **JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA**  
Secretário de Reordenamento Agrário **ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA**  
Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal **SÉRGIO ROBERTO LOPES**  
Diretora de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas **ANDREA LORENA BUTTO ZARZAR**  
Chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial **FRANCESCO PIERRI**  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento **JOAQUIM CALHEIROS SORIANO**  
Coordenador Executivo do NEAD **JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO**

### **Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA**

Diretor Geral **VÍCTOR M. VILLALOBOS**  
Representante do IICA no Brasil **MANUEL RODOLFO OTERO**

### **EQUIPE DO CONGRESSO VIRTUAL**

#### **COORDENAÇÃO**

IICA Brasil - Carlos Miranda  
- Breno Tiburcio  
- Christian Fischer  
- Fernanda Tallarico  
- André Kauric  
- Patrícia Porto  
- Rodrigo Germano  
MDA/NEAD - João Guilherme Vogado Abrahão

#### **FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

Carolina Rizzi Starr, Consultora, Brasil  
Daniel Espíndola, Consultor, Uruguai  
Mariana Fossatti, Consultora, Uruguai  
Mário Salimon, Consultor, Brasil  
Mireya Eugenia Valencia Perafán, Consultora, Brasil  
Roberto Sierra, Consultor, Uruguai  
Romélia Souza, Consultora, Brasil

#### **MODERAÇÃO**

Cátia Grisa, Consultora, Brasil  
Sílvia Aparecida Zimmermann, Consultora, Brasil

#### **RELATORIA GERAL**

Mauro Márcio Oliveira, Consultor, Brasil

#### **REVISÃO DO DOCUMENTO FINAL**

Priscila Vieira Alves da Silva - ME

#### **DIAGRAMAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL**

Sanches e Fontinelle LTDA - Êxito Gráfica

## Apresentação

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, busca renovar o compromisso político das nações para estabelecer uma agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, a partir da avaliação do progresso e das dificuldades que impediram a implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Para o Brasil, é uma oportunidade ímpar para renovar, junto à comunidade internacional, seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e exercitar o preceito constitucional de trabalhar pela formação de uma comunidade latino-americana de nações, em que predominem os valores da democracia e da igualdade de oportunidades econômicas e sociais, com respeito ao meio ambiente.

Para o atual governo brasileiro, representa a oportunidade de reafirmar o comprometimento com suas diretrizes estratégicas de defesa do meio ambiente e garantia do desenvolvimento sustentável além de lutar pela erradicação da pobreza absoluta e redução das desigualdades em busca de garantir futuro para os setores discriminados da sociedade.

A Representação do IICA no Brasil empenhou-se na concepção e execução dessa Conferência, pois ela se alinha com as diretrizes do seu Plano de Médio Prazo, em especial com os objetivos estratégicos de melhorar a adaptação da agricultura às mudanças climáticas e ao uso dos recursos naturais e potencializar a contribuição da agricultura ao desenvolvimento dos territórios e ao bem estar rural.

O Congresso Internacional Virtual Economia Verde e Inclusão Socioprodutiva: o papel da agricultura familiar foi um exercício inquestionável da cooperação técnica internacional, na medida em que pôs em prática um processo interativo que

favoreceu o desenvolvimento da capacidade de todos os que dele participaram, ao desafiá-los a contribuir e refletirem sobre o desenvolvimento rural sustentável, os recursos naturais e a soberania alimentar, e a produção e o consumo sustentáveis. Estamos convencidos que no tema ambiental há que haver mais continuidade do que ruptura, mais consenso do que divergências porque é fundamental para o futuro da humanidade que existam menos diferenças a serem vencidas.

***Manuel Rodolfo Otero***  
***Representante do IICA no Brasil***

# SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. O Congresso Virtual.....	11
3. O Quadro de Referência.....	15
3.1. A Força Institucional do Tema.....	15
3.2. Contexto Nacional e Internacional.....	19
3.3. Propostas Focais Sugeridas.....	24
3.3.1: A Agricultura Familiar.....	26
3.3.2. A Economia Verde.....	27
3.3.3: A Inclusão Socioprodutiva.....	28
3.3.4. O Desenvolvimento Rural Sustentável.....	29
3.3.5. A Estratégia Territorial da Ação Pública.....	31
3.3.6. A Soberania e Segurança Alimentar.....	32
3.3.7. A Governabilidade e a Institucionalidade.....	33
3.3.8. As Relações com o Mercado.....	34
4. Contribuições Cidadãs do Congresso à Conferência.....	37
4.1. Questões de Ampla Espectro.....	37
4.1.1. Desenvolvimento em Geral e Educação.....	38
4.1.2. Desenvolvimento Sustentável.....	39
4.1.3. Desenvolvimento Territorial.....	41
4.2. Questões Focadas na Agricultura Familiar.....	42
4.2.1. Opção Preferencial pela Agricultura Familiar.....	43
4.2.2. Agroecologia.....	46
4.2.3: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.....	47
4.2.4. Inclusão Socioprodutiva.....	49
4.2.5. Sustentabilidade Ambiental.....	50
4.2.6. Linhas Temáticas Detalhadas.....	53
4.2.7. Formulação, Gestão e Governança da Política Pública.....	55
4.3. Aspectos Complementares.....	57
5. Reflexões Finais.....	63
Pelos quatros cantos do mundo.....	67



## 1. Introdução

Por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e conduzido pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) – por meio de suas representações do Brasil e do Uruguai –, o Congresso Virtual Internacional sobre a Agricultura Familiar: Economia Verde e Inclusão Socioprodutiva, realizado entre 09 e 30 de abril de 2012, teve a missão de mobilizar a sociedade civil organizada e recolher sugestões cidadãs para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Conferência Rio+20) abordando o papel da agricultura familiar na construção do paradigma da economia verde e para a inclusão socioprodutiva.

A Conferência Rio+20 tem seu foco no desenvolvimento sustentável com o recorte para a economia verde e o governo ambiental. Por sua vez, o Congresso Virtual Internacional trata da consolidação da economia verde e da inclusão socioprodutiva a partir do protagonismo da agricultura familiar. Lutar pela inclusão socioprodutiva na ambiência da economia verde representa não só produzir mais e melhores alimentos, indo de encontro a fome, mas também contribui para a erradicação da pobreza, proporcionando sociedades justas, equitativas e inclusivas. Nestes termos encontra-se elementos comuns entre o Congresso Virtual Internacional e a Conferência Rio+20.

Considerando a natureza dos temas tratados e dos atores envolvidos, o Congresso Virtual Internacional também se enquadra como contribuição para a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a realizar-se no ano de 2013.

A ideia-força que perpassa o Congresso, dando-lhe sustentação, trata da mobilização da sociedade civil para a discussão do tema exposto na expectativa de preparar a mesma para a Conferência e sistematizar suas concepções, análises críticas e sugestões.

As palestras, conferências e comentários, que de forma seletiva, compõem o capítulo 3 do presente documento, foram utilizados para estabelecer a base essencial do debate dos internautas. O capítulo 4 contém as intervenções desses.

Por último, as contribuições escritas, entregues por palestrantes e conferencistas ao Congresso Virtual Internacional, podem ser recuperadas em no site ([www.congressorio20.org.br](http://www.congressorio20.org.br)).







## 2. O congresso virtual

O Congresso constitui-se em um evento preparatório para mobilizar a sociedade civil, levando-a a refletir e opinar sobre os temas do Rio+20.

Com objetivo traçado, a abertura do Congresso foi feita pelas autoridades do MDA, Pepe Vargas, e do IICA, Victor M. Villalobos. Em seguida duas palestras magnas proferidas por Eduardo Trigo e Tânia Bacelar.

Cada uma das três semanas de duração do Congresso foi dedicada a um tema específico. Na primeira semana a discussão foi sobre o “Desenvolvimento Rural Sustentável”, apresentado pelo professor Sérgio Leite e pelo pesquisador Julio Berdegué, cujas apresentações foram comentadas por Andrea Butto e Jerônimo Rodrigues (MDA) e pelo professor Nelson Delgado.

O tema da segunda semana foi “Recursos Naturais e Soberania Alimentar” discutido pelos professores Renato Maluf e Ricardo Abramovay e comentado por Gertjan Beekman (IICA) e Francesco Pierri (MDA).

Por fim, a “Produção e o Consumo Sustentável” foi o tema da terceira semana, apresentado pelo professor Peter May e comentado por Laudemir Muller (MDA).

O Congresso Virtual recebeu 5.300 inscritos, oriundos de 40 países com as seguintes características: 53% eram do sexo feminino e 47% masculino, 38% tinham entre 15 a 29 anos; 28% entre 30 a 40 anos; 30% entre 41 a 60 anos; e 4% com mais de 60 anos de idade. Quanto à vinculação institucional, 38% eram da academia; 31% gestores públicos governamentais; 11% da iniciativa privada; 18% de organizações não governamentais; e 2 % de organismos internacionais. Contabilizou 35.100 visitas ao portal e cerca de 196 mil páginas visitadas. O evento virtual contou ainda com 8 conferencistas; 6 comentaristas; 2 moderadores; e 1 relator geral.

Discriminação	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
Visualizações	2.233	1.730	1.461	<b>5.424</b>
Postagens dos internautas	286	230	251	<b>767</b>
Intervenções	172	113	151	<b>436</b>

Seguindo o formato proposto para o Congresso, as postagens individuais dos internautas em cada semana, duração de cada eixo, foram processadas e submetidas a três tratamentos sequenciais e distintos.

As postagens foram submetidas ao critério de admissibilidade, fixado previamente, para evitar o registro de intervenções não condizentes com os temas do evento ou com a ética no campo virtual. Ademais, algumas postagens foram desconsideradas por não trazerem conteúdo processável, como agradecimentos e cumprimentos pela realização do evento, entre outros comentários, sem referir-se à temática tratada.

Em segundo lugar, postagens longas foram divididas em partes, considerando o tamanho máximo previamente estabelecido para as intervenções dos internautas (correspondente a 2.500 dígitos ou toques). Por esse motivo a contagem de postagens supera a quantidade de internautas participantes no Congresso.

O terceiro tratamento refere-se a todas as postagens admitidas e ajustadas ao tamanho máximo, enquadradas em classes temáticas criadas ao longo do Congresso para abarcar os diversos temas abordados.

Ao final do Congresso todas as postagens que passaram pelos três passos mencionados estavam associadas a classes temáticas construídas visando a abordagem e/ou a ênfase colocada pelos internautas em suas participações. Constatou-se que essa nova categorização respondia com mais fidelidade ao conjunto de manifestações dos usuários (internet), abandonando a classificação inicial em 'eixos' (critério inicial de ordenamento das palestras,

conferências e comentários utilizado) em favor do novo formato que surgiu ao longo do Congresso.

Para cumprir os objetivos delineados pelo Congresso, trabalhou-se o material postado pelos internautas durante as três semanas de duração convertendo-o nas contribuições cidadãs à Conferência Rio+20. Nesse particular, as contribuições enquadraram-se em duas categorias:

- conexão focada: quando um tema do Congresso encontra seu correspondente, estrito senso, na Conferência (assim, por exemplo, a relação entre o problema da semi-aridez enfrentado pela agricultura familiar, registrado pelo Congresso, e a desertificação ou a água, eleitos como prioritários pela Conferência, tal como disposto nos parágrafos 92 e 93 do *zero draft*);
- conexão difusa: quando a relação se estabelece entre matérias de largo espectro do Congresso e da Conferência (assim, por exemplo, a relação entre desenvolvimento rural sustentável, tratado no Congresso, com o desenvolvimento sustentável, matéria da Conferência; ou mesmo a relação entre a Economia Verde e a Bioeconomia).





### 3. O quadro de referência

Por quadro de referência entende-se o posicionamento oferecido ao tema pelos palestrantes, conferencistas e comentaristas. Registrados em vídeos e complementados por documentos oferecidos por alguns deles, serviram como ponto norteador para os debates dos usuários (internet). O presente capítulo está composto por três itens, são eles: a força institucional do tema; o contexto nacional e internacional; e propostas focais sugeridas.

#### 3.1. A força institucional do tema

As primeiras palavras estão destinadas a ressaltar o enfoque institucional e político da agricultura familiar, bem como sua relação com a economia verde e a inclusão socioprodutiva.

O Ministro mostrou que esse é um momento primoroso, em que a preparação para a Conferência Rio+20 permite discutir a importância da agricultura familiar para o tema da sustentabilidade e da inclusão social. Segundo ele, a agricultura familiar desempenha um papel estratégico no desenvolvimento sustentável, seja nos assentamentos ou no âmbito da sua forma consolidada, como demonstra a experiência brasileira. Nesse sentido, o Brasil tem uma vasta experiência para compartilhar com a comunidade internacional.

Para destacar o papel da agricultura familiar, o Ministro considerou os eixos constitutivos do desenvolvimento rural sustentável:

- **Sustentabilidade econômica:** a política pública para a agricultura familiar tem o intuito de propiciar o acesso a terra por meio da reforma agrária, dando apoio necessário a esse segmento e à agricultura familiar em desenvolvimento e já consolidada, tendo em vista a inserção produtiva de seus membros e a produção de alimentos saudáveis aos consumidores. Também reforçar as políticas que garantem o

mesmo direito a homens, mulheres e jovens. Como exemplo recente dessa política, apresentou-se o Programa Nacional de Educação do Campo (*Pronacampo*), que trata dos direitos da juventude rural e dos adultos que ainda não estudaram, mas querem ser qualificados tecnicamente;

- **Sustentabilidade social:** As políticas a cargo do MDA visam apoiar e patrocinar o acesso aos serviços públicos de educação, saúde, entre outros, paralelo ao estímulo à produção;
- **Sustentabilidade ambiental:** O MDA afirma que a agricultura familiar dialoga mais adequadamente com a sustentabilidade; mostrou que a maior parte do passivo ambiental no meio rural brasileiro se deve às grandes propriedades e ao agronegócio do que à agricultura familiar;
- **Sustentabilidade democrática:** O MDA defende a tese da necessidade da participação social dos membros da agricultura familiar nos programas públicos, bem como do estado indutor do desenvolvimento sustentável, sujeito ao controle social para viabilizar a consolidação democrática.

O papel do MDA, no que se refere ao desenvolvimento rural sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar, focalizado pelo Ministro Pepe Vargas, recebeu aportes complementares de Laudemir Müller, Francesco Pierri, Andrea Butto e Jerônimo Rodrigues, representantes do Ministério, tal como se mostra a seguir.

No presente século, o Brasil aumentou a intensidade do debate e avaliação dos modelos de desenvolvimento, o que permitiu rever a descentralização de orientação liberal que enfraquecia a participação social. Dessa lição o país aprendeu que não se pode deixar de considerar imprescindível a participação do Governo Federal que, reconhecendo as desigualdades, lançou o programa de combate à fome e como parte do processo criou as condições para a existência de conselhos, fóruns e redes de participação, o



que permitiu a formação de um quadro institucional mínimo. Essa institucionalização nos territórios é feita pelos Planos Territoriais (PTDRS) que já acumulam 7.385 projetos de iniciativa local e territorial.

Como exposto acima, a priorização da agricultura familiar está diretamente relacionada com a capacidade de conciliar a produção com a sustentabilidade. Nesse particular, o Brasil desenvolveu instrumentos apropriados para a agricultura familiar na esfera do crédito rural, da ATER, dos seguros, das compras públicas e da garantia de preços que juntos dão suporte às ações públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

Dentre os temas discutidos, recebeu destaque a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, em que as dimensões econômica, social e ambiental estejam integradas. Com ênfase, ainda, na especificidade dos instrumentos da política de desenvolvimento territorial para jovens, populações indígenas, mulheres, quilombolas entre outros respeitando e reconhecendo a diversidade.

Outro tema destacado foi a soberania alimentar, campo em que o Brasil conseguiu preservar e ampliar políticas públicas para a alimentação, inclusive com renovados marcos jurídicos, aumentando sua segurança alimentar. Neste caso, a lição é de que o Estado deverá ter o poder de escolha do seu modelo de segurança alimentar, abandonando a passividade inerente às políticas neoliberais. A soberania alimentar se beneficia da abordagem de longo prazo, pois por seu meio ela se enlaça com as questões que tratam da transição para a economia verde, em especial nos temas de geração de empregos, produção e consumo sustentáveis.

Ao tratar da agricultura familiar, a experiência acumulada pelo MDA se defronta com novos desafios, entre os quais: a) dialogar com as políticas de sustentabilidade dos diversos ministérios federais e com os governos estaduais; b) avançar em direção aos “públicos mais distantes” (quilombolas, catadores, povos da floresta e todos mais que

ainda caminham por fora do processo); c) articular os territórios com a educação, pois é por seu meio que se capacitam as pessoas, sendo elas a parte sensível dos projetos e programas de desenvolvimento sustentável; d) criar cadeias de insumos orgânicos de forma generalizada; e) diferenciar os incentivos segundo os agricultores que estão iniciando na rota da sustentabilidade, e os que se encontram em estágio mais avançado, os quais formam um grande contingente.

Por fim, os representantes do MDA destacaram como indicativo do acúmulo de políticas públicas favoráveis à luta contra a desigualdade, o índice de Gini tem caído de forma consistente, colocando o Brasil em posição destacada no painel daqueles países que implementaram políticas distributivas.

O Diretor-Geral do IICA, Victor Villalobos, expressou a preocupação geral com os indícios de esgotamento dos recursos naturais utilizados pela agricultura e com os sinais de mudança climática para fazer um chamamento à necessidade de adaptar e modificar as práticas e processos em uso pela agricultura, sabendo que a atividade econômica praticada no meio rural importa em custo ambiental muito alto.

Para superar as restrições da presente era, tanto é fundamental que a produtividade cresça – produzindo mais com menos – quanto inovar na base biotecnológica, bioenergética e genética e adaptações de tecnologias em uso para que essas contribuam para a sustentabilidade.

Os bosques e as selvas não podem continuar a ser consumidos como até a presente data; além disso, é preciso ocupar-se da qualidade de vida das populações rurais, encontrando ocupação para os jovens no campo e evitando a migração. De maneira complementar, a agricultura deve ser um negócio rentável.

Do lado do consumo, a segurança alimentar deve ser um valor indistinto para todas as nações e seu conceito deve ser desenvolvido tendo

como referência uma nova agricultura. Os consumidores esperam que os alimentos que chegam às cidades sejam saudáveis e de boa qualidade.

Com relação ao cenário internacional há de destacar o papel das Américas no fornecimento de alimentos para a população mundial. Essa configuração deve ser objeto de debates e deliberações que possam compatibilizar o abastecimento com o uso dos recursos naturais e a remuneração dos agricultores.

Por fim, Manuel Otero, representante do IICA no Brasil, retrabalhou as ideias de cunho institucional, lembrando que os grandes desafios mundiais dependem da construção de grandes acordos políticos e sociais para gerar sinergia entre crescimento e sustentabilidade, e entre economia e meio ambiente, sabendo que a agricultura está no meio desse debate por consumir bastante energia fóssil, água, terra e, no padrão atual, produtos poluentes que contaminam rios e mares. Sua esperança é que as ameaças se transformem em oportunidades a partir de um agro intensivo em conhecimento, integrando a pecuária com as florestas, gerando empregos e renda de melhor qualidade com aumento do padrão de vida dos que vivem no meio rural.

A título de estimular o debate no Congresso, Otero formulou algumas questões aos internautas, entre as quais estas duas: “- Como encontrar sinergia entre crescimento e sustentabilidade?”; “- E entre economia e meio ambiente?”.

### 3.2. Contexto nacional e internacional

Duas palestras estabeleceram o quadro de referência geral para as discussões que se desenvolveram nos eixos. O quadro de referência internacional foi estabelecido por Eduardo Trigo enquanto Tânia Bacelar tratou do panorama nacional.

Conforme Eduardo Trigo, o mundo vive desafios extraordinários: a humanidade está conhecendo o fim da era do petróleo como fonte

geral e irrestrita de energia para todos os fins; a agricultura deverá prover alimentos para 9 bilhões de pessoas num futuro próximo; crescem as restrições ao uso dos recursos naturais e a humanidade convive com desastres naturais e mudança climática sem precedentes.

### **Eduardo expôs o seguinte quadro da América Latina:**

- Enorme potencial: disponibilidade de recursos (terras, água, biodiversidade), sendo importante sua comprovada eficiência na produção de *commodities* agrícolas e de biomassa em geral;
- Importantes experiências com a intensificação ecológica;
- Líder em bioenergia: etanol no Brasil, biodiesel no Brasil e na Argentina, entre outros; a bioenergia cresce em quase todos os países sem evidências de conflitos com os alimentos;
- Pouco desenvolvimento de bioprodutos fora os biocombustíveis; alguns produtos da biodiversidade local;
- Líderes em uso de biotecnologia agropecuária: Brasil, Argentina e Paraguai (entre os mais importantes), também: Bolívia, Uruguai, Colômbia, Honduras e México devem ser considerados;
- Experiências destacáveis: ecoturismo; esquemas inovadores de sistemas de conservação e manejo de águas; mais incipiente uso de sistemas de bônus de carbono.

A América Latina investe pouco em biotecnologia e de forma concentrada em alguns países. Essa baixa inversão se dá tanto na geração quanto na transferência de tecnologia.

Os problemas de escala planetária indicam ser crucial assentar novos paradigmas. Nesse particular, é importante considerar dois conceitos básicos: Economia Verde e Bioeconomia.

A Economia Verde é aquela que resulta em melhoria do bem estar humano e da equidade social, ao mesmo tempo reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

A Bioeconomia é um segmento da economia verde que se desenvolve a partir do aproveitamento dos processos biológicos e da biomassa, assim como das oportunidades emergentes da nova biologia e de outros avanços nas ciências.

**As propostas de Trigo, que emergem do exame da questão posta são as seguintes:**

- Valorização da biodiversidade (novos produtos e usos);
- Intensificação dos procedimentos ecológicos (melhorar a performance ambiental da agricultura sem sacrificar os níveis de produção e produtividade);
- Aproveitamento da biotecnologia para expandir as fronteiras produtivas, indo além dos organismos geneticamente modificados;
- Criação e incremento de biorrefinarias e bioprodutos;
- Consolidação dos serviços e produtos ecossistêmicos, atribuindo valor à integralidade do ecossistema;
- Melhoria da eficiência (insumo/produto) das cadeias de valor, (minimizando as perdas de produto ao longo do processo estimadas em 30-50%).

O denominador comum dessas propostas é a aplicação mesclada do conhecimento tradicional com o contemporâneo (nova biologia, informação e comunicações).

**Já os requisitos para cumprir as propostas são os seguintes:**

- Dispor de capacidade de inovação (novas capacidades);
- Formar recursos humanos e estimular a participação social (sistemas de gestão do conhecimento);
- Estabelecer um marco institucional que leve em conta os custos e benefícios e o fortalecimento dos esquemas de transição do tradicional para a nova ordem em que as políticas

atuem com: a) integração das políticas de recursos naturais, energia, agricultura e desenvolvimento rural; b) *standard* e regras de mercado (bioprodutos, mercados de carbono, etc.); c) incentivos apropriados para os novos cenários; d) sistemas de regulação (biossegurança, propriedade intelectual, acesso a recursos genéticos); e) fomento à inovação.

No plano nacional, conforme Bacelar, a experiência de desenvolvimento no Brasil do século XX mostra que o econômico não dialogou com o social e, apesar dos reconhecidos destaques, o processo foi essencialmente excludente.

#### **No início do século XXI houve várias melhorias no País:**

- Estabilidade com menos desequilíbrios macroeconômicos;
- Está passando por uma transição demográfica (baixa taxa de mortalidade e aumento da expectativa de vida), em que os jovens cedem a dominância à terceira idade;
- O crescimento das cidades está ocorrendo mais nas médias cidades do que nas grandes, contrariamente ao que ocorria no passado;
- O crescimento é mais acentuado no centro do Brasil: Centro-Oeste; oeste do Nordeste;
- Retomou o crescimento com base no mercado interno: a) ênfase na expansão da classe C; b) criação de empregos formais; c) taxas de crescimento do emprego formal mais alta no Norte e Nordeste; d) política social deixou de ser assunto de primeira-dama para atender aos direitos dos cidadãos e cidadãs (vide a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS); e) aumento real do salário-mínimo;
- Impacto regional: percentual de percepção do salário-mínimo no Norte e Nordeste é maior que em outras regiões, o que impactou positivamente a distribuição regional.

Como resultado, o grau de inclusão melhorou significativamente entre os séculos XX e XXI.

Essa experiência recente indica que é possível engendrar um processo de desenvolvimento que considere como elemento chave a inclusão socioprodutiva. Neste particular, é possível explorar outras dimensões da inclusão além da clássica que se faz pelo mercado de trabalho. Há margem de manobra política para explorar a inclusão socioprodutiva via acesso à renda por meio da transferência proporcionada pelas políticas públicas; pelo acesso aos serviços básicos (água, luz, saneamento); além da inclusão por vias alternativas da produção como, por exemplo, produção familiar na agricultura, atividade dos autônomos e por meio da economia solidária ou popular.

Para o futuro, os desafios são abissais, apesar das conquistas significativas. A crise financeira mundial é profunda, mas, ainda assim, tem proporcionado espaços para países como o Brasil, China, Índia, África do Sul, entre outros. Assim, por exemplo, uma das áreas em que o Brasil deve dedicar seus esforços é na passagem do paradigma técnico eletromecânico para o eletrônico. Embora essa iniciativa requiera muito investimento em educação e criação de tecnologia, o país pode contar com a grande capacidade de adaptação do brasileiro para esse *mister*.

Mesmo sendo uma potência mundial em termos da produção agropecuária, o último Censo mostra que a criação de empregos não acompanha o dinamismo do agronegócio.

**Em caráter geral, foi sugerido:**

- a) Reposicionamento da agricultura e do mundo rural no contexto das políticas de desenvolvimento;
- b) Oportunidades para a redução de desigualdades gerando desenvolvimento local, por meio de:
  - Desenvolvimento de novas atividades produtivas;

- Novas alternativas de emprego local não agropecuário;
  - Incorporação de áreas até hoje improdutivas;
  - Novas fontes de energia (biomassa) e valor agregado.
- c) Criação de facilidades para integrar os novos conceitos às políticas de desenvolvimento territorial.

Conhecendo-se a função diferencial da agricultura familiar, foi sugerida uma política de estímulos como forma de criação de empregos verdes com perspectivas de inserção social para um extenso contingente de brasileiros que vive e trabalha no campo.

### 3.3. Propostas focais sugeridas

Neste capítulo, são tratados vários aspectos da agricultura familiar e de seu papel no contexto da economia verde considerando a inclusão socioprodutiva. As considerações que se apresenta a seguir foram compostas com o conteúdo da fala dos palestrantes, conferencistas e comentaristas.

O conteúdo das contribuições revela as qualidades inerentes à agricultura familiar tendo em vista a sustentabilidade em sua tríplice vertente (econômica, social e ambiental), como também os riscos desse modelo de agricultura, caso venha a ser deixado apenas a cargo das forças de mercado. Nesse particular, a história brasileira é farta em episódios de exclusão. Por isso, combater a especulação fundiária, que tem redundado na expulsão da agricultura familiar para áreas de fronteira, apoiá-la à montante e a jusante da cadeia produtiva em que se insere com os instrumentos apropriados da política pública e promover a participação e o empoderamento dos atores deve ser o papel do Estado. Intensificação, adaptação e modelagem da política pública associada à busca de novas institucionalidades são as orientações atuais para aumentar a eficiência dos resultados e proporcionar governança à atuação governamental.



Na luta por implantar um modelo de relação entre o homem e natureza assentado em bases sustentáveis, depara-se com conceitos envelhecidos ocupando a cena do debate e dificultando a marcha no ritmo e direção desejados. Assim, o *status quo* veicula, como plausível e socialmente defensável um ideal de progresso, segundo o qual o cidadão pobre de países pobres e emergentes viria a consumir o que o cidadão médio dos países ricos consome. Levada à concretização essa ideia exercerá uma pressão extraordinariamente danosa ao estoque de recursos disponíveis no Planeta.

É preciso entender que novos elementos representam a tessitura do inovador: mercado do carbono, mercado da água, mercado da biodiversidade e mercado de serviços ambientais.

Na fase de transição, três aspectos merecem destaque na conferência do professor Abramovay:

- [a] A troca das fontes fósseis pelas renováveis na matriz energética Trata-se de uma transição extraordinariamente difícil, especialmente porque a energia renovável continuará a ser escassa;
- [b] A melhoria do uso da energia e dos materiais dos quais depende a vida social, mesmo enquanto são dominantes, o melhor uso das fontes fósseis deve ser uma prioridade, pois não se pode prever o prazo ao fim do qual se verificará o predomínio das fontes de energia sustentáveis;
- [c] O uso dos produtos e serviços da biodiversidade – Sendo mais usados.

De acordo com o professor Abramovay, o Brasil ainda apresenta um descompasso no que se refere ao encaminhamento de seu sistema produtivo rumo à economia verde. Na indústria, o país continua, com sua política industrial, a prestigiar a pior solução para a mobilidade, que é a ênfase sobre os automóveis. De todas as medidas recentes ligadas à desindustrialização nenhuma faz

referência à economia verde, parece que o país está desconectado da sustentabilidade. O avanço na produção de meios para a mobilidade é insuficiente facilitando o acúmulo de problemas.

Entre outras ideias, o professor Abramovay disse que sistemas de inovação para aumentar a produtividade dos recursos naturais carecem de escala e maior disseminação. No campo, os Cerrados e a Floresta Amazônica ainda são percebidos como territórios para a aplicação da “economia de destruição” em contraste com a “economia do conhecimento”.

Por fim, indica que em termos macroeconômicos, nota-se um movimento de “reprimarização” da vida econômica. Esse movimento preocupa mediante a predominância das *commodities* agrícolas na pauta de exportação e sua concentração em poucos produtos que, ao responderem por mais da metade da produção, acenam para o predomínio das monoculturas. E ainda, sabe-se que na indústria alimentar estão assentados os valores da má nutrição que conduzem ao aumento da obesidade, desde a primeira idade.

### 3.3.1. A agricultura familiar

Com base nos dados do Censo de 2006, o IBGE apontou a existência de quase 4,4 milhões de estabelecimentos característicos da agricultura familiar, onde vivem e trabalham 12,3 milhões de pessoas. Ocupando 24,3% da área, a agricultura familiar responde por 38% da renda gerada e emprega quase  $\frac{3}{4}$  da mão de obra do campo. Em termos comparativos, a agricultura familiar ocupa 15,3 trabalhadores/ha contra 1,7 da patronal; fornece 70% do feijão, 58% do leite, 87% da mandioca, 46% do milho, 50% das aves e 59% dos suínos para a mesa do brasileiro (fonte: Brasil. MDA. Um novo Brasil rural. Brasília, 2010, 124 p).

A agricultura familiar é responsável pela gestão de uma parte importante da biodiversidade brasileira. Faz sentido, portanto, elaborar mecanismos de pagamentos pelos serviços da biodiversidade, o que beneficiaria a agricultura familiar. Por outro lado, deve-se enfatizar

o emprego de processos que preservem recursos na produção da agricultura familiar; e isto pode ser aliado a sistemas de certificação que, até então, têm apresentado custos altos.

Do ponto de vista da segurança alimentar, a agricultura familiar tende a apresentar vantagens quando comparada com a produção em larga escala associada ao sistema alimentar mundial. Por ser diversa, a agricultura familiar produz alimentos carregados de atributos territoriais e locais frente a padronização e desterritorialização da produção em grande escala associada. Por isso cria-se dinamismo local com base na sustentabilidade que é um requisito da luta contra as mudanças climáticas.

A agricultura familiar é uma boa aposta para a economia verde, mas não em qualquer condição. A própria agricultura familiar pode, por exemplo, prejudicar a sustentabilidade ambiental se explorar exaustivamente os recursos naturais, o que ocorreria nos minifúndios, nos quais, de modo geral, a disponibilidade de terra é insuficiente.

### 3.3.2. A economia verde

A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza contribui para o cumprimento das metas principais da Conferência Rio+20 (estabelecidas no parágrafo 25 de seu documento básico em versão inicial: erradicação da pobreza, segurança alimentar, gestão da água subterrânea, acesso universal aos modernos serviços de energia, cidades sustentáveis, gestão dos oceanos e melhor preparação para desastres ambientais, bem como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento inclusivo e equitativo que gere emprego, inclusive para a juventude.

Conforme essa mesma versão do documento básico da Conferência Rio+20, “O Futuro que Queremos”, a economia verde é vista como um caminho, por meio do qual pode-se proteger e valorizar a base de recursos naturais, aumentar a eficiência dos

recursos, promover o consumo e produção sustentáveis e orientar o mundo rumo ao desenvolvimento de baixo carbono.

A economia verde não é concebida como um conjunto rígido de regras, mas sim como um quadro para a tomada de decisão de forma a promover a análise integrada dos três pilares do desenvolvimento sustentável em todos os domínios relevantes da decisão pública e privada.

Por sua vez, a Bioeconomia faz a vinculação da agricultura com a Economia Verde. Também pode ser considerada uma estratégia direcionada a responder aos desafios já especificados por meio de maior eficiência no uso dos recursos naturais, que permita alcançar os objetivos sociais e econômicos (disponibilidade de alimentos, inclusão social) e também substituir os combustíveis fósseis. Por meio da Bioeconomia pode-se pensar em reformular a tradicional dicotomia/relação entre agricultura e indústria. O desafio é expressar as novas relações em termos de valor.

### 3.3.3. A inclusão socioprodutiva

A ênfase e prioridade conferida à agricultura familiar é uma opção política e um reconhecimento de seu papel ao longo da história.

Num momento histórico em que o Brasil dispôs-se a lutar com a miséria e a pobreza extrema, a capacidade da agricultura atuar a favor da inclusão socioprodutiva deve ser potencializada em favor dessa categoria de produtores bem como de toda a nação brasileira.

As repetidas avaliações sobre os diferentes papéis da agricultura familiar mostram-na como um agente ativo na tarefa de incluir homens, mulheres e jovens brasileiros no conjunto da economia - seja pelo trabalho, seja pela produção - bem como na esfera da cidadania, com seus direitos assegurados. A inclusão também se afirma quando a agricultura familiar ocupa o território nacional de forma interiorizada, criando com sua presença e seu

trabalho as condições para que as cidades possam manter o mínimo dinamismo que lhes permite prestar os serviços fundamentais de forma eficiente às comunidades que lhe dão vida.

A inclusão socioprodutiva da agricultura familiar também se estende aos indígenas, aos quilombolas, aos povos da floresta e a todos aqueles que de forma anônima constroem diariamente a nação brasileira.

Por fim, a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar está em consonância com a luta por uma sociedade justa, equitativa e inclusiva, com todas as formas de pobreza erradicadas, em que o crescimento beneficia a todos.

### 3.3.4. O desenvolvimento rural sustentável

Mais de um conferencista chamou a atenção para o fato de que o processo do desenvolvimento rural sustentável assenta-se sobre um conjunto de conceitos, como diversidade, adaptação, diferenciação, participação, descentralização, empoderamento, intersectorialidade e transversalidade.

#### **Diversidade, adaptação e diferenciação**

Em primeiro lugar é necessário considerar que o processo histórico de desenvolvimento tem impactado fortemente conceitos como “rural” e “ruralidade”, evitando a permanência de propostas que tornam homogêneos esses objetos de análise. Dessa forma, a abordagem do desenvolvimento rural sustentável se enriquece quando se usa a perspectiva da diversidade, da adaptação e da diferenciação.

Do ponto de vista da agricultura familiar, o uso da perspectiva da diversidade e da diferenciação certamente conduzirá à identificação dos papéis e da importância desse tipo de agricultura, inclusive no “rural” modificado. Neste particular as dimensões “raça”, “gênero” e “geração” são elementos destacados para reafirmar a importância da diversidade e diferenciação.

Também na esfera política, a perspectiva da diversidade, da adaptação e da diferenciação traz enriquecimento ao conceito de desenvolvimento rural sustentável, na medida em que podem sustentar propostas diferenciadas, diversas e adaptadas de inserção dos atores sociais e da população em programas e projetos públicos, seja como beneficiários, gestores e/ou avaliadores, o que atua em favor da democratização da sociedade.

### **Participação, descentralização, empoderamento**

O enfoque territorial do desenvolvimento rural sustentável supõe, em grande medida, a descentralização. No Brasil, nação politicamente estruturada sob o formato de uma federação constitucional, algumas experiências anteriores de descentralização fracassaram. A partir da ótica de que a Política deve ser partícipe do desenvolvimento nacional, as instâncias político-administrativa e político-partidária referidas a municípios, estados e Distrito Federal devem ser revisitadas e fortalecidas. A experiência presente recomenda que se faça um aprofundamento no diálogo social destas instâncias com as “arenas de debate territoriais”, a saber os conselhos, fóruns e redes considerada sua correspondente existência institucional. No grau de desenvolvimento democrático alcançado pelo Brasil, o “público” deixa de ser apenas um atributo das políticas de estado. Passa a ser considerado como ator e, como tal, dispõe de autonomia para atuar em processos de seu interesse e do território ao qual se vincula.

### **Intersetorialidade e transversalidade**

A intersectorialidade requer instrumentos diversos e articulados em programas públicos e privados. Reconhece-se que no Brasil, a intersectorialidade tem sido fruto da pressão social.

Por sua vez, a transversalidade explicita a condição de determinados instrumentos acoplar-se de forma complementar a ações tipicamente setoriais, com o que enriquece e torna mais eficazes a ação das políticas públicas.

### 3.3.5. A estratégia territorial da ação pública

As iniciativas recentes de desenvolvimento rural sustentável no Brasil assumiram o enfoque territorial como uma perspectiva sociopolítica para facilitar/estimular a participação, a descentralização e o empoderamento da cidadania e dos atores nos territórios. No âmbito global das políticas federais enquadra-se como de escala supra municipal, mas nem sempre infra estadual, já que alguns territórios se definem a partir de áreas contíguas de dois estados. Dada sua escala, conecta-se com a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Federal – que advoga as múltiplas escalas – e não entra em conflito com a estrutura federativa, já que o território não sendo normativo, resulta de consensos e conflitos histórico-culturais com rebatimento geográfico.

Os territórios, como unidades geográficas da prática do desenvolvimento sustentável, se ajustam à diversidade e à diferenciação e, por esse motivo, desconstruem a visão unificada da agricultura como algo homogêneo. A diversidade/diversificação se acopla à base material do(s) ecossistema(s), facilitando o diálogo com os recursos ambientais e, assim, ampliando as possibilidades de conferir sustentabilidade às atividades humanas.

A participação proporcionada pela descentralização pode ser a resposta de uma via de formulação de propostas em que os investimentos públicos sejam mais apropriados e os atores sociais encontrem estímulo na busca de capacitação para ocuparem espaços sociais até então a eles vedados. Para tanto, os compromissos assumidos devem avançar rumo a coalizões amplas, já que o desafio do desenvolvimento não pode ser visto como uma missão de determinada classe e muito menos fruto de corporativismo.

Por sua vez, a diferenciação vai permitir que cada território se ajuste no ritmo e direção conforme a sua história de coesão-dissenso, sem exigir padronizações que afugentam as iniciativas locais.

Em qualquer caso, é preciso fortalecer as organizações da sociedade civil que tenham condições de mediar e implementar essas dimensões das políticas públicas. De forma complementar, é preciso enfrentar a descontinuidade dos programas públicos pelo predomínio da visão de curto prazo, as indefinições institucionais quanto ao modelo de ação e a monopolização das arenas decisórias por forças política conservadoras.

### 3.3.6. A soberania e segurança alimentar

A persistente presença da fome vivida por um expressivo contingente da população mundial nos últimos anos, período em que vigorou a plena liberdade do comércio internacional de alimentos, está a indicar que tal liberdade tem beneficiado mais as grandes empresas que operam o comércio internacional do que essas populações nacionais.

Frente a isso, emergiu o conceito de soberania alimentar, que diz respeito ao direito dos povos de decidir, soberanamente, o que produzir e o que consumir e de que forma esse processo é conduzido. Não se confunde com a autossuficiência produtiva nacional de alimentos, nem anula o papel do comércio internacional, mesmo porque não é possível produzir tudo que se consome em território nacional. Com o que as estratégias de soberania alimentar levam a estimular a produção própria e a submeter os fluxos do comércio internacional de alimentos aos interesses da soberania alimentar. A soberania alimentar valoriza a diversidade produtiva, sendo adequada quando se conecta aos hábitos, cultura e recursos naturais disponíveis.

Todavia a segurança alimentar e nutricional corresponde à apropriação da soberania alimentar e do direito à alimentação adequada como princípios aplicados às políticas nacionais. A segurança alimentar e nutricional torna-se o foco da política pública a qual estabelece metas e indicadores, monitora e controla.



Na Política de Segurança Alimentar falta esclarecer como a mesma pode atacar tanto o problema da oferta segura de alimentos para minimizar ou acabar com a fome quanto reorientar o consumo, de forma a evitar ou também minimizar disfuncionalidades alimentares como a obesidade, que sobrecarrega o sistema de saúde do país.

### 3.3.7. A governabilidade e a institucionalidade

Os pressupostos da diversidade, adaptação e diferenciação, bem como os da participação, descentralização e empoderamento encontram no enfoque territorial um desaguadouro comum e com amplas possibilidades de respostas positivas para as políticas públicas voltadas ao fortalecimento e expansão da agricultura familiar. Tão importante quanto os recursos naturais (solo, clima, água, etc.) para o enfoque territorial, são as regras formais e informais que regulam o acesso e uso desses recursos, uma vez que tais regras podem dificultar a inclusão social e até serem discriminadoras.

A multiplicidade de ações diversas, resultado da diversidade, adaptação e diferenciação, assim como o crescimento da importância das regras que regulam o acesso e uso dos recursos naturais, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, tornam bastante complexa a organização da ação estatal, mesmo porque as fontes do poder se tornam mais numerosas a partir do empoderamento e da descentralização.

Para responder a esse cenário transformado, a governabilidade que vem a ser o conjunto das condições necessárias ao exercício do poder -, passa a depender de novas formulações institucionais que apoiando-se na capacidade política de decidir, devem considerar em sua equação o poder dos atores territoriais, assim como de suas organizações. Nesse sentido, fala-se da construção de 'novos marcos jurídicos normativas', que possam dar a necessária estatura legal e institucional às novas formas de ação pública na instância dos territórios.

Nesse quadro de mudanças, a institucionalidade das políticas não pode restringir-se à eficiência de seus efeitos; deve representar um instrumento a mais da democratização e da ação afirmativa da cidadania. Por isso, a gestão, por atores do estado, deve articular-se com os atores da sociedade civil, sabendo que, para tanto, hão de ser enfrentadas e superadas as tensões da vida social.

### 3.3.8. As relações com o mercado

A regulamentação propiciada pelo Estado não pode pretender substituir os mercados. A partir dessa convicção, a busca das conexões entre mercado e território inscreve-se como um guia para aumentar a participação da agricultura familiar ao longo da cadeia produtiva, no pressuposto de que a agricultura familiar também irá enfrentar as dificuldades e potencialidades colocadas pela realização de suas mercadorias.

O incremento da participação da agricultura familiar nos mercados, que inclui a oferta de alimentos e produtos agrícolas com melhor qualidade e perspectiva de se apropriar de uma maior parte do valor, dependerá da capacidade dos atores vinculados ao processo. Mas, para tanto, o mercado deve ser percebido como um elemento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável sob enfoque territorial.







## 4. Contribuições cidadãs do congresso à conferência

A Conferência Rio+20 é uma iniciativa do conjunto das nações do mundo, por meio da ONU, de encaminhar soluções relativas à melhoria das condições de vida do homem sobre o Planeta tendo em vista os enormes desafios da sustentabilidade, do bem estar e do combate à miséria e às desigualdades, muitas vezes extremos, entre as pessoas.

Já o cometimento do Congresso foi o de buscar conexões entre a agricultura familiar e sua ação voltada para a sustentabilidade e para a inclusão socioproductiva e a pauta da Conferência.

Tendo presente os objetivos do Congresso, os materiais sugestivos (vídeos e textos) foram postados e a discussão e o debate entre internautas ocorreu de forma livre e sem cerceamento.

Reconhece-se a riqueza das contribuições dos internautas destacando-se que seus comentários e suas sugestões representam, em alguns casos, concepção pessoal sobre o tema; em outros, experiência de trabalho no campo ou associada ao mesmo; em outros, fruto de investigação acadêmica, de tal forma que há uma diversidade ponderável no arco das ideias expostas.

No ordenamento das centenas de comentários e sugestões dos internautas, buscou-se estabelecer mediações e firmar conceitos básicos.

O presente capítulo foi elaborado com o conteúdo das postagens dos internautas e traz as seguintes seções básicas: (4.1) questões de amplo espectro e (4.2) questões focadas na agricultura familiar.

### 4.1. Questões de amplo espectro

Nessa seção mereceram comentários e sugestões dos internautas, o desenvolvimento em geral, a educação como base para qualquer ação de política pública, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial.

#### 4.1.1. Desenvolvimento em geral e educação

Uma quantidade expressiva de contribuições dos internautas diz respeito a questões que podem servir como envoltórias e de contexto para a contribuição direta da agricultura familiar aos temas da Conferência. Referem-se a reflexões e recomendações sobre ‘desenvolvimento’, ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘desenvolvimento territorial’.

Ajustado à ótica histórica, os internautas entendem que o processo de desenvolvimento:

- No Brasil, sofreu a influência de um processo civilizatório excludente e elitista, cujas implicações ainda se fazem presentes e se manifestam sob a forma da violência no campo, na especulação fundiária, na concentração de terras e na degradação do meio ambiente;
- Na América Latina e no Caribe encontram-se muitas evidências de ‘assimetrias do desenvolvimento’, refletindo um processo igualmente excludente, que alimenta a pobreza e a fome.

No mesmo grau de generalidade, ressalta-se o destaque conferido à educação pelos internautas.

No discurso formal essas reflexões e recomendações sobre desenvolvimento e educação se enquadram como pressupostos para o exame da agricultura familiar.

A partir da concepção geral de desenvolvimento, ajustada ao ambiente histórico, os internautas RECOMENDAM:

- Entender e praticar o desenvolvimento como um conceito que depende da expansão das capacidades humanas;
- Assumir que o desenvolvimento deve ser integral e holístico, portanto, ir além dos recortes setoriais e geográficos;
- Que toda proposta de desenvolvimento incorpore as disponibilidades representadas por dotações regionais e locais.

No grau de generalidade do desenvolvimento, os internautas fixaram posição quanto à educação. A educação atua de forma difusa e irrestrita sobre a capacidade de compreensão e realização das pessoas e, como tal, deve receber a prioridade máxima do Estado para beneficiar indistintamente a todos os cidadãos, sob a perspectiva de que a cidadania fortalecida reconhecerá a validade do desenvolvimento rural sustentável com inserção social.

Ao reconhecer que a educação é imprescindível para toda e qualquer política pública de desenvolvimento, RECOMENDAM:

- Orientar a educação de forma que cada ser humano seja detentor da sabedoria necessária à sustentabilidade;
- Adotar óticas educacionais que promovam o desenvolvimento: ‘educação alimentar’, ‘educação ambiental’, ‘educação cívica’, ‘educação cidadã’, etc;
- A educação deve envolver não só a educação integral, formal e de qualidade, mas também a educação informal, como é o caso da extensão rural.

Particularmente, como o mundo necessita de uma transição que leve a um modelo sustentável, RECOMENDA-SE QUE:

- As propostas não se deixem dominar por regras decorrentes do modelo atual, especialmente o econômico, que submete as exigências da sustentabilidade à mercantilização.

#### 4.1.2. Desenvolvimento sustentável

Ao reunir um grande número de postagens dos internautas sobre ‘desenvolvimento sustentável’, é possível ressaltar algumas de suas características mais mencionadas:

- O sistema ambiental;
- A qualidade de vida dos cidadãos;

- O uso eficiente dos recursos;
- A reciclagem e reutilização dos insumos, produtos e subprodutos;
- A restauração dos ecossistemas;
- A promoção da autossuficiência regional.

Considerando, ainda, que se deve ter conta os seguintes elementos no desenvolvimento sustentável:

- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Qualificação no meio rural;
- Geração e qualificação de emprego e renda;
- Combate à fome e ao trabalho escravo;
- Reforma agrária;
- Apoio às políticas agrícolas de comércio e integração das ações entre municípios e Estados;
- Boa governabilidade e instituições;
- Melhoria da qualidade dos produtos alimentares;
- Respeito às normas de biotecnologia;
- Promoção da participação dos atores sociais;
- Fomento ao desenvolvimento regional e às potencialidades regionais;
- Participação das mulheres, e;
- Redução da pobreza rural;

Tendo em vista a importância dessas características, os internautas RECOMENDAM que:

- Haja reconhecimento dos direitos de povos e de comunidades tradicionais, bem como de seus conhecimentos;



- Se faça o atendimento às necessidades básicas das pessoas;
- As condições insustentáveis de formas atuais de produção sejam superadas;
- Se promova a sociabilidade do meio rural em contraposição à predominância incontestável das cidades como o local ótimo por excelência para a vida em sociedade.

#### 4.1.3. Desenvolvimento territorial

O desenvolvimento sustentável encontra no 'desenvolvimento territorial' uma estratégia das políticas voltadas para o desenvolvimento orientado pela sustentabilidade. Para tanto, é necessário estabelecer que o conceito básico de território pressupõe o adensamento (organização e mobilização comunitárias) de seu capital social (que define sua identidade) para que, num processo de exercício da cidadania, sejam definidas, por meio de metodologias participativas, as necessidades dos diferentes grupos sociais e, portanto, os objetivos e prioridades de programas territoriais de desenvolvimento, por eles elaborados e implantados, numa integração que seja economicamente funcional e socialmente inclusiva.

Deve-se, ademais, reconhecer o território como uma ferramenta importante para a formulação e gestão de políticas públicas que possam alcançar as populações rurais mais vulneráveis.

Segundo o entendimento dos internautas, ainda é preciso amadurecer a noção do território, sua importância e significação para os atores sociais que ali atuam.

Tendo presente tais pontos, os internautas RECONHECEM:

- Os territórios sofrem dos mesmos problemas dos conselhos: a tutela dos governos, o que não raro leva ao desgaste da participação;

- Experiências exitosas de territórios na Europa envolvem dinâmicas muito mais políticas do que operacionais como é o caso dos nossos territórios;
- O desenvolvimento territorial não inclui, apenas, os produtores rurais, como é o caso de nossa experiência histórica com a abordagem setorial do desenvolvimento rural; na abordagem territorial, a diversidade social e econômica é um ponto de partida para a inclusão social e produtiva (socioprodutiva) a ser alcançada.

Com BASE nessas considerações, os internautas RECOMENDAM que:

- Haja empoderamento das bases sociais e de suas capacidades, com ampliação das instâncias de discussão e sensibilização;
- Os atores sociais devem ser gestores, executores e avaliadores de projetos, articulando-se em rede;
- Que a atividade agrícola não se resuma ao meio rural, podendo ser praticada em ambientes urbanos e periurbanos como forma de revisão da tradicional partição do espaço entre urbano e rural;
- Que os arranjos produtivos locais sejam potencializados.

## 4.2. Questões focadas na agricultura familiar

Feitas as considerações sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento territorial e a educação, que funcionam como um contexto para tratar da agricultura familiar, adentra-se no campo dos comentários, considerações e sugestões de encaminhamento das questões que vinculam a agricultura familiar como tema central do Congresso, tal como propostas pelos internautas.

Para tanto, a presente seção trata das opções preferenciais estabelecidas pelos internautas, como uma opção política, com

rebatimento temático e institucional. Trata-se da opção preferencial pela agricultura familiar e pela agroecologia.

Em seguida, a seção abriga as considerações, sugestões e recomendações dos internautas sobre a agricultura familiar e seu papel na sustentabilidade.

#### 4.2.1. Opção preferencial pela agricultura familiar

Muitas considerações dos internautas foram entendidas e interpretadas como opções; as quais devem ser assumidas frente a um leque de iniciativas que se colocam à disposição dos atores sociais.

Essas opções, como seria de se esperar, no debate social, configuram escolhas de caráter político, que condicionam a ação dos atores e do estado e influenciam o curso das trajetórias eleitas.

As opções preferenciais pontuam dois aspectos cruciais dos debates: qual o público preferencial e qual o 'modelo' de interação homem-natureza a ser privilegiado? Por sua densidade e frequência de menções cristalizou-se a opção preferencial sobre a agricultura familiar.

A opção preferencial pela agricultura familiar decorreu de algumas razões importantes:

- De seu modelo de exploração, que privilegia a diversidade de arranjos de culturas e criações, afastando-se da monocultura, inclusive com a incorporação de atividades não agrícolas como, por exemplo, turismo rural e artesanato;
- De sua produção em menor escala, propícia para a convivência com usos diversos do solo e água;
- Do emprego mais intenso de trabalho, que redundava em criação de empregos, inclusive dos membros familiares e com grande probabilidade de serem 'empregos verdes';

- Do uso mais intenso de ‘mercados curtos’, que integram produção e consumo em bases locais e a curta distância;
- Da importância da produção da agricultura familiar para atender às exigências da segurança e soberania alimentar, em especial do abastecimento interno;
- Da conjugação de todos os fatores anteriores, que levam à valorizar o(a) agricultor(a) numa perspectiva holística e não só como produtor(a).

A importância política da agricultura familiar para um modelo de desenvolvimento sustentável deve ser defendida, inclusive por sua ‘positivação’, tendo em vista o tratamento depreciativo que lhe sendo aplicado ao longo da história.

Sob essa compreensão conceitual, os internautas, e consultada a realidade brasileira e latino-americana, RECONHECEM haver, ainda:

- Desconhecimento por parte de gestores e de políticas sobre a importância da agricultura familiar;
- Impropriedade de identificar ‘agricultura familiar’ com ‘pequena produção’, na medida em que a contribuição deste tipo de agricultura para a produção é bastante expressiva;
- Timidez, quando não ausência, de programas públicos persistentes e continuados, dirigidos à agricultura familiar.

Esses pontos sugerem que alguns setores ainda não reconhecem as ações desenvolvidas pelo governo brasileiro para o fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, PAA, Mais Alimentos, por exemplo – o que indica a necessidade de maior difusão e aprofundamento dessas ações e a defesa da Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa lei representa uma ação política afirmativa, uma vez que a agricultura

familiar carrega um pesado fardo histórico no País, qual seja o de não ter sido a base de formação do tecido social e econômico no campo; de ter vivido entre as fímbrias do sistema produtivo dominante e ter sido obrigada a recorrer aos espaços vazios nas fronteiras agrícolas para buscar sobrevivência. Essas razões determinaram e ainda continuam determinando situações conflitantes para a agricultura familiar, especialmente pela sobre-exploração de solo, água e demais recursos naturais.

São RECOMENDAÇÕES adicionais:

- Estabelecer ações afirmativas sobre a agricultura familiar, resgatando sua identidade, ante o risco de perda de sua identidade devido às intensas mudanças do processo de transformação contemporâneo;
- Promover o fortalecimento da agricultura familiar com base em estudos e avaliações, que permitam manter atualizado seu perfil, evitando-se, com isso, a manutenção de estereótipos; sabendo-se que essa recomendação se aplica a toda a América Latina;
- Aplicar as lições dos estudos e avaliações a novos programas, com a perspectiva de converter em prioridade a aplicação de um maior volume de recursos;
- Possibilitar, por um lado, sua independência em relação a intermediários e, por outro, sua integração direta e sua participação qualificada em mercados cada vez mais exigentes e rentáveis;
- Estimular a integração da agricultura familiar ao mercado, sob a condicionalidade do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental. Isso implicará, necessariamente, tanto a reformulação da concepção e funcionamento dos mercados quanto o reposicionamento dos produtos mercantilizáveis da agricultura familiar.

### 4.2.2. Agroecologia

No cerne da Conferência Rio+20 está o conceito de Economia Verde. Este conceito, bem como seu correspondente para a agricultura, o de Bioeconomia (considerado mais aplicado à atividades centradas na produção e transformação da biomassa) foi tratado em uma das duas palestras magnas do presente Congresso.

Já na esfera da participação dos internautas a postagem com referências explícitas à Economia Verde foi muito baixa e menos ainda à Bioeconomia. Em contraposição, foram inúmeras as intervenções relacionadas com a Agroecologia. Dado este fato e tendo em vista que Economia Verde, Bioeconomia e Agroecologia formariam um *continuum* conceitual consistente, em que o 2º e 3º termos fazem a mediação e detalham seu antecessor, acredita-se que dando destaque às considerações e recomendações em Agroecologia estar-se-ia abordando a Bioeconomia e Economia Verde em um ambiente apropriado e propício a sua vinculação com a agricultura familiar.

Por fim, RECOMENDAM os internautas buscar, de forma aplicada, a conexão entre agricultura familiar e agroecologia, o que implica recapacitá-la frente ao novo paradigma ambiental da Economia Verde e da Bioeconomia.

Já a opção preferencial pela agroecologia se assenta sobre as seguintes bases:

- É uma proposta de exploração dos recursos naturais com vistas à produção sustentável;
- Se expressa territorialmente;
- Reconhece a diversidade da exploração como um princípio básico;
- Promove a agricultura de maneira sustentável;
- Conecta a soberania e segurança alimentar à sustentabilidade ambiental;

- Reduz os impactos ambientais;
- Agrega valor aos produtos;
- É geradora de ‘empregos verdes’.

Por esses motivos, os internautas RECOMENDAM que:

- Os territórios rurais se expressem agroecologicamente tanto quanto possível;
- Agricultura familiar seja estimulada a adotar os procedimentos da agroecologia no âmbito de suas possibilidades e com a flexibilidade de que produzam resultados expressivos para os adotantes;
- A agroecologia forneça a pauta para a crítica e revisão do uso abusivo de agrotóxicos;
- Que ações consequentes consigam ampliar nichos de mercado para os produtos agroecológicos, generalizando sua disseminação.

### 4.2.3. Soberania e segurança alimentar e nutricional

Como afirmado anteriormente, a soberania alimentar diz respeito a um direito dos povos sobre o que produzir e o que consumir. Por sua natureza enfatiza o aumento da produção própria e valoriza a diversidade produtiva. Por sua vez, a segurança alimentar e nutricional corresponde a tratar da soberania alimentar em políticas nacionais. O alcance da soberania alimentar tem na agricultura familiar um importante parceiro, porém não único porque a responsabilidade pela produção deve abarcar todos os tipos de agricultores e agriculturas.

Os internautas, considerando que a soberania alimentar:

- Convive com o comércio internacional de alimentos, pois não há como buscar a autossuficiência em todo e qualquer país;

- Abrange a produção, a distribuição e o consumo sustentáveis em toda sua escala e variedade;
- Deve ser um princípio universal acolhido por todos os povos;
- Representa o respeito à cultura e à diversidade de modos de vida e costumes;

RECOMENDAM que:

- A qualidade e sanidade da produção de alimentos devem estar baseadas em certificações de conformidade, de denominações de origem, em certificações de sanidade e patentes reconhecidas;
- A educação continuada do consumidor deve incidir sobre a preferência por alimentos provenientes da agroecológica; e a pressionar e denunciar a indústria alimentar, de forma que ela respeite hábitos saudáveis de consumo e o meio ambiente;
- Os supermercados, os conglomerados agropecuários, farmacêuticos, os de distribuição de sementes, e os produtores de alimentos industrializados sejam compelidos a desenvolver seus negócios sob a ótica da soberania alimentar;
- A alimentação escolar dirigida às crianças deve reforçar as opções do paladar local, de forma a estimular a produção no entorno das escolas;
- Os estados nacionais devem rever a estrutura tributária dos alimentos de forma que ela não seja regressiva;
- A fase de comercialização, que conecta os agricultores aos mercados, de forma particular, deve ser copartícipe dos princípios da soberania alimentar;
- O consumo das famílias do campo deve ser ampliado pela oferta local e se desvincular dos alimentos industrializados;



- A maior parte da produção de alimentos seja destinada, preferencialmente, ao consumo humano direto e não à produção de rações para animais e de insumos para a indústria;
- A política de segurança alimentar e nutricional seja de múltipla escala em termos territoriais: municipal, regional e nacional;
- No plano internacional deve-se superar eventuais restrições encontradas na ação de entidades formalmente constituídas como, por exemplo, a Food and Agriculture Organization (FAO), no campo da soberania alimentar;
- Nas campanhas publicitárias da indústria alimentar, adote-se o enfoque da educação alimentar associado aos valores de sustentabilidade e saúde dos consumidores;
- A produção de biocombustíveis seja avaliada de forma sistemática para não se instalar como uma barreira ao cumprimento das metas da soberania alimentar;
- A compra de terras por estrangeiros seja um objeto sob constante análise, pois essa atitude pode comprometer a soberania alimentar.

#### 4.2.4. Inclusão socioprodutiva

Uma das condições constitutivas do processo de desenvolvimento é a inclusão socioprodutiva. Tanto quanto se reconheceu no processo de desenvolvimento, aqui também se reconhece que a educação é imprescindível para a inclusão socioprodutiva.

Com base nessa vinculação entre educação e inclusão socioprodutiva, os internautas RECOMENDAM:

- O processo produtivo deve dar oportunidades a todos de realizar suas capacidades. Somente realizando todo seu potencial as pessoas na condição de atores sociais podem conferir sustentabilidade social e econômica a tais processos;

- Os jovens devem experimentar a oportunidade de efetivar seu direito de participar da vida política, evitando o estado de ‘ausência de identidade’;
- Os excluídos, aqueles que não pertencem a nenhum processo social organizado, devem ter reconhecido seu direito à participação;
- Reconhecer papel especial para a mulher na soberania alimentar, por receber, praticar e transmitir o legado cultural da alimentação;
- Uma forma de reconhecer a importância das mulheres e dos jovens é integrá-los às políticas públicas de segurança alimentar;
- Enfatizar a especificidade dos instrumentos da política de desenvolvimento territorial também para as populações indígenas, quilombolas, catadores e povos da floresta;
- Essas recomendações devem ser reforçadas, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste.

#### 4.2.5. Sustentabilidade ambiental

As ações voltadas à sustentabilidade ambiental superam os limites do alcance da ação focada nos interesses da agricultura familiar. Tais ações alcançam a mudança do padrão energético, a eficiência do uso de suas fontes, a composição da matriz energética, a mudança climática, o uso da energia nas cidades, entre outros aspectos. Nesse sentido, a convergência da sustentabilidade ambiental com agricultura familiar se concentra em pontos bastante determinados.

Nesta questão, para todos e para cada um, portanto também para a agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental supõe uma referência ao passado, mudança de velhos paradigmas, como ao futuro pelo desafio de alimentar nove bilhões de pessoas em torno

de 2050, entre os quais a mudança das fontes fósseis para fontes renováveis.

O Código Florestal, tal como aprovado pelo Congresso Nacional, foi criticado pelos internautas por não respeitar a diversidade biológica e cultural e, no limite, por ser uma ‘lei anti-florestal’, aprovada sem o respaldo do conhecimento científico já estabelecido.

Com base na compreensão geral sobre a sustentabilidade ambiental, os internautas RECOMENDAM:

- Reconhecer que o pagamento pela prestação de serviços ambientais ao agricultor familiar parece ser uma alternativa de se ampliar sua dimensão humana, pois valoriza o trabalho de quem exerce funções essenciais de sustentabilidade, em nome da coletividade, junto à natureza.
- Ao reconhecer a validade do pagamento pela prestação de serviços ambientais, recomendam, também, a ampliação de formas distintas de pagamento, entre as quais, a adoção de:
  - . Estímulos fiscais de carácter ambiental;
  - . Pagamentos vinculados a excelência ambiental da produção;
  - . Prêmios por adoção de práticas ambientalmente saudáveis.
- De forma complementar, devem ser promovidos estudos sobre as consequências da vinculação desses pagamentos a regras de mercado, uma vez que se pode conjecturar que por meio de mecanismos financeiros, essas práticas venham a ser dominadas por interesses mercantilistas que se afastam da sustentabilidade. Assim, por exemplo, o princípio do ‘poluidor pagador’ não exerce uma função eficaz contra a degradação ambiental, pois permite deslocar de um lugar para outro, pelos mecanismos de mercado, a verdadeira ação que se deveria tomar. Simplesmente considerados, promotores

de mecanismos de mercado não os erigem para o uso em concordância com a ética da vida. Em suma, os processos de mercantilização devem bastar-se em ser operativos, não podendo ser o lastro das soluções de sustentabilidade;

- O *Programa de Produtor de Água* do Governo Federal é um exemplo de iniciativa que deveria ser avaliado e generalizado, alcançando maior efetividade com a ação integrada dos governos municipais e estaduais, especialmente naqueles casos em que se colocam responsáveis pela gestão do serviço de abastecimento de água às populações urbanas;
- Aprofundar o debate a respeito da adoção do paradigma da Economia Verde no sentido de conhecer seus mecanismos e precatar-se da sua condição de opção confiável;
- Explorar as implicações ambientais da 'água virtual' no comércio internacional;
- Nas políticas públicas, os elementos salientes dos biomas regionais devem presidir as perspectivas da preservação e conservação ambiental, em especial, na Amazônia;
- Considerar que a gestão sustentável dos recursos naturais deve ser aprofundada em cada local, antepondo potencialidades a dificuldades particulares;
- Aprofundar o debate em torno dos transgênicos, considerando os aspectos favoráveis e contrários à sustentabilidade, de forma a explorar todas as consequências;
- Que a agroecologia possa ser aplicada como recurso de reconstrução da agricultura convencional em vez de se colocar como uma força oponente;
- Que se aumente o cultivo de florestas e a importância das explorações agroflorestais;

- Explorar linhas investigativas sobre técnicas e procedimentos que evitem a ocorrência de desastres naturais, desde que se inscrevam no ambiente rural, bem como protejam a agricultura de seus efeitos;
- Evitar as vertentes propagandísticas, que adotam o enfoque da sustentabilidade como um modismo; sabendo-se que, em verdade, sua face mais expressiva corresponde a um rompimento com modelos de produção e consumo atuais insustentáveis;
- Reduzir a participação dos combustíveis fósseis no transporte dos alimentos – por meio do maior espaço para os assim chamados ‘mercados curtos’, que vêm a serem os mercados locais – e na oferta de energia à produção agrícola.

#### 4.2.6. Linhas temáticas detalhadas

De uma forma quase sistemática, um número expressivo de postagens dos internautas referiu-se a práticas, mecanismos e instrumentos compatíveis e dirigidos ora à agroecologia, ora à sustentabilidade das atividades da agricultura familiar. A seguir, são listadas as práticas sugeridas pelos internautas no âmbito das explorações agrícolas sob o comando da agricultura familiar:

- Aplicação do manejo integrado de microbacias hidrográficas;
- Promoção dos arranjos produtivos locais;
- Recuperação, validação e melhoria de tecnologias, conhecimento e estratégias ancestrais sustentáveis, deixadas no esquecimento por várias gerações;
- Preservação do meio ambiente em áreas de preservação permanente e em reservas ambientais;
- Intensificação do uso de biodigestores;
- Disseminação da aquicultura;

- Favorecimento do uso da energia solar;
- Generalização do uso de práticas de preservação e conservação de solo e água;
- Adoção de processos de economia da água, especialmente na irrigação;
- Prática do pousio de terras; de cultivos associados e cultivos múltiplos; de rotação de culturas; de controle integrado de pragas, do uso de adubos orgânicos e de curvas de nível em terrenos acidentados;
- Uso de técnicas de convivência do homem com a seca, na região semiárida do Nordeste.

Outro campo fértil em sugestões dos internautas foi o das iniciativas de conteúdos de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Nesse campo destacam-se as seguintes sugestões:

- Projetos de melhoria dos rebanhos;
- Incentivo à compra de maquinaria agrícola;
- Ações de doação de sementes de qualidade;
- Perfuração de poços em área com baixa e irregular precipitação pluviométrica;
- Manter linhas de crédito acessíveis e voltadas às características da agricultura familiar;
- Programa de reforma agrária para contemplar agricultores sem terra ou com terra insuficiente;
- Regulação restritiva do uso de agrotóxicos, sabendo-se que o Brasil é o maior consumidor desta categoria de produtos químicos;
- Reorientação da pesquisa agropecuária para a produção e consumo sustentável e as mudanças climáticas e seus efeitos sobre a produção de alimentos;

- Introdução de programas de segurança pública no campo, tendo em vista a intensificação de roubos, furtos com ou sem violência;
- Massificação da certificação, com redução do preço do serviço;
- Fazer uso do Diagnóstico Rural Participativo e do Projeto Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Estabelecer cadeias estruturadas de oferta de insumos agroecológicos;
- Adaptar os sistemas nacionais de assistência técnica e extensão rural (ATER), passando da transferência à construção conjunta.

#### 4.2.7. Formulação, gestão e governança da política pública

A formulação e a gestão de políticas públicas e de sua governança remetem à esfera da institucionalidade, tema da mais alta importância quando se trata da sustentabilidade ambiental em escala global. A este respeito, segue o elenco das RECOMENDAÇÕES dos internautas:

- Reconhecer que o Estado deve ter um papel ativo no desenvolvimento da agricultura familiar por meio da regulação, com o que se evitará que o destino da agricultura familiar se resolva no âmbito exclusivo das forças de mercado;
- A participação dos cidadãos na definição e gestão das políticas públicas deve se realizar por meio de suas organizações de representação; ademais destas, entidades prestadoras de serviços, como as organizações não governamentais (ONGs) também devem dividir com o Estado a responsabilidade pela condução das políticas;
- Os espaços de discussão e de decisão devem persistir na governança das políticas públicas;

- As políticas públicas em seu conjunto devem ser reconhecidas como integrantes de um sistema institucionalmente estável e duradouro;
- As políticas devem considerar as suas múltiplas escalas: local, regional e nacional;
- É necessário que as políticas básicas disponham de uma perspectiva de longo prazo e não sofram de descontinuidades;
- As políticas públicas devem atender a um duplo propósito: propiciar a oferta de serviços públicos e constituir-se em espaço da prática do poder pelas organizações sociais;
- As políticas que propõem e sustentam a descentralização devem precaver-se para não se identificarem com as forças modeladoras do 'coronelismo', 'clientelismo' e da burocratização. Em comum, têm a característica de desqualificar a participação popular;
- A gestão das políticas públicas deve, sistematicamente, valer-se da avaliação de sua efetividade;
- As políticas públicas nacionais devem reconhecer especificidades regionais, como a do Nordeste e do Norte, incorporando características básicas das regiões;
- O modelo de governança deve identificar claramente os pontos de coordenação das políticas públicas, estimular a cooperação interinstitucional e evitar sobreposições, duplicações e descontinuidades;
- A inclusão das universidades públicas e privadas e de seus campi nas políticas públicas descentralizadas é um tema inegociável;
- As coalizões amplas, que reúnem públicos distintos e objetivos às vezes contrapostos, fazem parte do contraditório natural das políticas públicas;



- Condicionar o apoio do Estado a grandes projetos (mineração, energia, entre outros) a compromissos dos empreendedores com o desenvolvimento territorial do entorno da área de sua intervenção e não apenas com a mitigação dos impactos ambientais ou compensação ambiental;

No plano internacional, aprofundar as experiências do *Mercado Comum do Sul* (MERCOSUL) e da *Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial* (ECADERT) no trato e apoio à agricultura familiar no plano latino-americano; e incrementar a troca de experiências de políticas sustentáveis entre países e blocos econômicos.

### 4.3. Aspectos complementares

Muitos internautas ao defenderem seus pontos de vista ou para justificarem suas sugestões, trouxeram à colação relatos de processos concretos que estão em curso, dos quais pode-se extrair lições como eles mesmos fizeram. Outros, ainda que não tenham esgrimido argumentação de convencimento, mencionaram experiências que consideram recomendáveis.

Entre essas menções estão as experiências gerais e complexas em determinados países e regiões do Brasil e da América Latina, e projetos e programas que merecem ser tomados como geradores de benefícios consideráveis seja para a sustentabilidade, para a inclusão social ou para a melhoria da formulação e gestão das políticas públicas.

O registro de cada um deles é ao mesmo tempo uma forma de difundir as experiências que se fazem na América Latina, como também dar o testemunho de que as mesmas servem de experimentos rumo as novas práticas de intervenção do estado junto à agricultura familiar. Algumas reforçam as recomendações dos itens precedentes, outras acrescentam nuances a serem consideradas. Muitos, se não todos os relatos, destacam aspectos da institucionalidade renovada ou transformada, o que foi assinalado

por palestrantes e conferencistas como também pelos internautas que participaram do Congresso.

Seguem as experiências indicadas pelos internautas:

**Bolívia:** A nova Constituição Nacional (2009), que dá ênfase à participação vinculada ao desenvolvimento humano, sustentável e social; o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar; a Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária; o *Parque Nacional y Área de Manejo Integrado Iñaño*, Chuquisaca; a promoção de cursos sobre políticas, estratégias e ações de segurança e soberania alimentar para gestores públicos, líderes indígenas e representantes de comunidades da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Há um Decreto Supremo de Gestão de Responsabilidade Compartilhada ainda por aprovar.

**Costa Rica:** O pagamento por serviços ambientais instituídos desde 1997; o Reconhecimento de Benefícios Ambientais, que consiste em um incentivo econômico baseado no custo das inversões com efeito ambiental positivo.

**Guatemala:** O mercado campesino, com exclusividade de comércio de produtos da agricultura familiar em dias estabelecidos da semana.

**Peru:** As feiras agropecuárias campesinas semelhantes às da Guatemala; o pagamento por serviços ambientais; a comercialização de banana e café orgânicos; o comércio justo com preço adicional para boas práticas e agroecologia; o pagamento por captura de carbono e similares.

**Uruguai:** Produtor sustentável é um produtor CREA (Consortios Regionales de Experimentación Agrícola).

**Venezuela:** As iniciativas para reconhecer formalmente e empoderar as bases e organizações sociais. São mencionados no relato, a *Lei Orgânica dos Conselhos Comunitários* e a *Lei para*

*o Fomento e Desenvolvimento da Economia Popular.* O internauta também fez referência aos Gabinetes Móveis e ao uso do Diagnóstico Rural Participativo. Outro internauta fez referência à *Gran Misión Agrovenezuela*, resultado da estatização de empresas que dominavam o mercado de insumos agropecuários. No campo legal, registrou-se que na Constituição *do Estado venezuelano* há dois artigos em se menciona que “o Estado promoverá a agricultura sustentável... e em consequência garantirá a segurança alimentar”, e “O Estado promoverá as condições para o desenvolvimento rural integral.” A estes artigos somam-se a *Lei Orgânica de Segurança e Soberania Agroalimentar*; a *Lei de Saúde Agrícola Integral*; a *Lei de crédito para o Setor Agrário*; a *Lei do Banco Agrícola*; a *Lei de Benefícios e facilidades de pagamentos para dívidas agrícolas e itens*; e uma lei de terras para evitar o êxodo rural e dar condições de produção e permanência no meio rural. Foi criado o Fundo Para El Desarrollo Agrário Socialista (FONDAS) que fornece financiamento aos pequenos e médios agricultores. Ainda assim, “se segue repetindo a política má da Agricultura de *Puerto*; há corrupção no setor agrícola; há paralisia de projetos; e o abandono de unidades produtivas expropriadas”. Quanto ao consumo, este segue concentrado em leite, cereais e carnes de aves. Há pouca diversificação e precário consumo de frutas, verduras e hortaliças. Há elevado consumo de produtos importados.

## **Brasil**

**Políticas, Planos, Programas e Projetos:** Territórios de Cidadania, Bolsa Família, Brasil Sem Miséria, Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Garantia Safra; Programa Luz para Todos; Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar; Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável; Plano Nacional da Sociobiodiversidade; Projeto dos Corredores Ecológicos;

Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar; Programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural; Programa de Produtor de Água (da ANA); Programa de Cisternas, no Nordeste; Projeto de Educação Ambiental de Jovens no município de Boa Vista do Ramos, no Amazonas; Programa de Adequação Ambiental de Propriedades Agrícolas; Projeto Reflorestar; Projeto ECOAR – Escola, Comunidade, Ambiente e Responsabilidade, no Espírito Santo; e o Projeto *Leite das Crianças*, Paraná.

**Experiências:** da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), com a “tecnologia limpa e sustentável de produção de chuvas localizadas”; dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; do fortalecimento do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Secretaria de Agricultura Familiar; da Rede Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; da Rede Nacional de Orgânicos; decorrente da intensificação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural; do Portal da Cidadania (pelo MDA); dos Comitês de Bacias em Bacias Hidrográficas; da aplicação do Zoneamento Ecológico-Econômico; da Cooperativa Regional de Artesãs Fibra do Sertão da Bahia com a elaboração de produtos a partir da fibra de sisal e caroá; da Associação dos Artesãos do Núcleo de Artesanato em Taboa, Espírito, que trabalha com artesanato de fibra de taboa; do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo; da Gestão Compartilhada dos Recursos Hídricos com o Sistema Integrado de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos; e do Pacto para a Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Afora a referência a experiências, projetos e programas, leis e estatutos nos países da América Latina, os internautas expressaram problemas, pendências e sugestões, trabalhadas nos itens anteriores, tematicamente organizados.









## 5. Reflexões finais

Para finalizar, nós da Equipe do Congresso Virtual Internacional assumimos a palavra para propor uma síntese brevíssima do evento e dar nosso testemunho sobre a objetividade e a participação dos internautas. Nossas considerações derivam do acompanhamento da dinâmica do evento, que envolveu a postagem de vídeos, documentos e subsídios ofertados pelos participantes nos fóruns de debate.

Começamos atestando a complexidade dos temas tratados no Congresso. Isso porque a inclusão socioprodutiva e a economia verde exigem uma compreensão multidisciplinar, tendo em vista que envolvem questões transversais tais como sustentabilidade, soberania alimentar e segurança alimentar, consumo, educação, entre outros. Delimitar as fronteiras de cada Eixo temático mostrou-se para nós um desafio diante da imbricada relação entre eles. Frente a essa constatação assumimos o posicionamento de que a complexidade deve ser vista como um desafio a ser enfrentado e não como um fator gerador de inércia para o desencadeamento dos processos de reflexão sobre o desenvolvimento rural sustentável. Em concordância, percebemos o Congresso como uma oportunidade de problematizar estas questões por meio do debate dos internautas em que as palestras, de um lado, e a experiência e conhecimento dos participantes, de outro, levaram à formulação de propostas e indicações transformadas em contribuições cidadãs à Conferência Rio+20.

Também entendemos que, ao romper com os limites impostos pelo tempo e pelo espaço, a virtualidade do Congresso criou um espaço comum e favorável a um debate democrático sobre a temática proposta. O espaço virtual do Congresso oportunizou a participação de pessoas inseridas em diferentes contextos geográficos, econômicos, sociais e ambientais, que puderam compartilhar conhecimentos e opiniões, relatar suas experiências e discutir propostas de ações (fossem individuais, coletivas, governamentais e não governamentais). Propiciou aos participantes um confronto com seus conhecimentos frente à opinião de outros participantes

e com os subsídios ofertados pelo Congresso, construísem sua própria concepção do desenvolvimento rural sustentável. Como tal, o Congresso foi uma importante experiência de mobilização da sociedade civil organizada para as discussões a terem lugar na Conferência Rio+20, o que autoriza a afirmar que novas experiências com congressos virtuais podem ser portadoras do fortalecimento das redes de intercâmbio para a cidadania.

Como mencionado insistentemente no Congresso, tanto pelos palestrantes quanto participantes, entendemos que a inclusão socioprodutiva não pode ser interpretada e executada apenas pela inclusão formal dos trabalhadores no mercado de trabalho e da produção no mercado de produtos agropecuários. O emprego e a produção devem ser acompanhados do acesso à terra, à água e aos bens públicos (saúde, educação, saneamento, segurança, lazer, entre outros). No mundo contemporâneo somam-se a estes o acesso aos bens imateriais (informação e cultura).

Para nós, a intensidade do debate no Congresso mostrou que a economia verde é uma alternativa fértil de possibilidades para o desenvolvimento rural sustentável. Foram citados vários exemplos de experiências em torno da preservação e valorização econômica dos recursos naturais, da recuperação de ecossistemas, assim como da melhoria e eficiência do uso das fontes convencionais de energia, reunindo esforços para um processo de transição da matriz energética. Ainda assim, entendemos que é importante mantermos uma perspectiva de acompanhamento e de visão crítica dos desdobramentos da economia verde, tendo em vista a importância vital da sustentabilidade e da condição ética, inegociável no caso da inclusão socioprodutiva.

Por fim, ressaltamos a importância da agricultura familiar no contexto da discussão. Entendemos que ela é a chave que exerce múltiplas funções neste contexto. É também o meio que tem demonstrado uma melhor adequação no uso diverso dos recursos



naturais, na preservação da biodiversidade, na promoção da segurança e soberania alimentar, na ocupação do espaço territorial, interiorizando o desenvolvimento, além de que é geradora de emprego.

Estas razões nos levam a ressaltar que a agricultura familiar deve estar no centro dos processos de inclusão socioprodutiva e sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural sustentável de todas as nações.

**Equipe do Congresso**



## Pelos quatros cantos do mundo

*Além do debate qualificado, o Congresso Virtual Internacional: Reflexões Rio+20 se destacou pela participação democrática. Mais de 5 mil pessoas de 40 países, entre gestores públicos, empresários, estudantes, pesquisadores e produtores rurais, acessaram o site do evento e compartilharam informações sobre o papel da agricultura familiar. Conheça nesta matéria a história do estudante brasileiro Rafael Lenilson Santos, de 20 anos. Residente de um município rural localizado no estado de Pernambuco, Rafael representa um dos diversos beneficiários por este tipo de atividade no mundo virtual*



Foto: Arquivo pessoal

Quando o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil decidiram inovar e organizar o Congresso Virtual Internacional para discutir sobre o papel da Agricultura Familiar, uma onda de incertezas percorreu os corredores das duas instituições. “Sabíamos da importância do tema para a Rio+20, mas não tínhamos experiência em organizar eventos virtuais. Foi uma novidade para ambas as instituições. Além disso, ainda não é costume das pessoas participar de eventos deste tipo”, lembrou Carlos Miranda, um dos organizadores do evento.

Apesar das incertezas, um mês após o encerramento do evento o balanço final foi considerado positivo pela organização: mais de 5.300 inscritos, 27 palestrantes, 767 postagens, 15.675 mil visualizações dos vídeos dos palestrantes e mais de 35 mil visitantes à página do evento. No entanto, um dado, além dos estatísticos, chamou ainda mais a atenção da organização do evento, a troca de experiências

resultante da diversidade cultural dos participantes do Congresso. “O espaço virtual do Congresso oportunizou a participação de pessoas inseridas em diferentes contextos geográficos, econômicos, sociais e ambientais, que puderam compartilhar conhecimentos e opiniões; relatar suas experiências e discutir propostas de ações individuais, coletivas, governamentais e não governamentais. Portanto um eficiente instrumento de educação”, afirmou Breno Tibúrcio, coordenador técnico do IICA e especialista em desenvolvimento rural sustentável.

O estudante brasileiro Rafael Lenilson dos Santos, 20 anos, foi um dos participantes do Congresso que se beneficiou deste tipo de atividade. “Experiência diferente. Em um Congresso comum (presencial) o número de pessoas é menor e, normalmente, você já conhece as pessoas e não tem muita oportunidade de falar. Ai (no Congresso) é diferente, tive oportunidade de me manifestar”, comentou o participante.

Morador do município rural de Glória do Goitá, localizado a 60 km da cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco, Rafael ficou sabendo do evento pelo facebook e logo se inscreveu. “Entrei no site, vi as temáticas, o que era o congresso e quis participar. Além disso, tenho curiosidade por eventos que tratam da temática de orgânicos, desde sua produção até a comercialização”, explicou o estudante de Gestão de Pessoas.

Rafael revelou que, apesar de ter participado de alguns outros eventos virtuais, o Congresso Virtual o estimulou a acessar quase que diariamente o site do evento, principalmente pelo fato de conhecer experiências de outros países. “Tem um grande significado poder participar de um congresso com pessoas de outros países. Acho que o choque de cultura é muito interessante e rico, pois gera a oportunidade de aprender e trocar ideais, experiências e ações. Falo razoavelmente o espanhol e tenho grande vontade de ter em minha

rede social o contato das pessoas que participaram do congresso”, explicou, relatando que ficava por dia de 40 a 50 minutos navegando pelo site do evento.

O interesse pelos temas do Congresso foi tanto que Rafael acessava o site até do trabalho. “Tenho internet em casa mas, a maioria das vezes, acessei do trabalho. Pesquisava e já discutia alguma coisas com os colegas”, lembrou o estudante que trabalha na Secretaria de Planejamento de Glória do Goitá.

Além do intercâmbio de experiências, Rafael pretende aplicar na prática os conhecimentos adquiridos no Congresso. “A secretaria na qual trabalho possui ligação com todas as outras secretarias e departamentos, aliás, divide o prédio com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Ações Estratégicas. Sempre que posso vou compartilhar as informações sobre temas atuais relacionados a agricultura familiar, juventude rural, desenvolvimento sustentável com eles. Como fui um dos únicos do meu município a participar do evento, me sinto na obrigação de compartilhar para dividir e auxiliar no desenvolvimento de Glória do Goitá”, explicou.

